

Rebanhos em Minas colonial: análise comparativa da prática pecuarista nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes*

Carla Maria Carvalho de Almeida
Professora Adjunta da UFJF

Resumo:

A partir das informações coletadas nos inventários *post-mortem*, este trabalho pretende discutir algumas características da prática pecuarista em Minas Gerais colonial comparando a situação das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Buscaremos fazer uma análise da composição do rebanho existente nas duas regiões procurando estabelecer o tipo de gado predominante em cada uma delas e as alterações dessa composição no tempo. Além disso, faremos uma análise da frequência dos diversos rebanhos, de seu tamanho e de sua concentração nas propriedades, objetivando definir em que medida a atividade pecuarista poderia ou não ser considerada mercantilizada, sempre comparando as duas comarcas no tempo.

Condições gerais da pecuária nas Minas

Caio Prado Júnior estabelece três grandes regiões de pecuária no Brasil colonial: os sertões do norte, as planícies do sul, e a parte meridional de Minas Gerais, mais especificamente a comarca do Rio das Mortes. A cada uma destas áreas corresponderia um tipo específico de prática pecuarista¹. Segundo este autor, a partir de meados do século XVIII a pecuária que até então florescera nos sertões do norte inicia um processo de declínio irreversível afetada pelas secas recorrentes que se abatiam sobre a região, pelo desenvolvimento da atividade em Minas Gerais que ganhava o mercado dos centros mineradores, e finalmente pela grande seca dos anos de 1791 a 1793 que selaria o fim de seu domínio. Geográfica e historicamente considerada como um prolongamento da Bahia, a região norte de Minas Gerais também se incluiria dentro desta antiga área pecuarista que decaiu no século XVIII².

Duas outras regiões passariam a se ocupar do abastecimento de carne na colônia: o Rio Grande do Sul, que passaria a ser responsável pelo suprimento dos núcleos agrícolas do litoral e a Comarca do Rio das Mortes que, inicialmente se ocuparia de abastecer os núcleos mineradores, e mais tarde o mercado do Rio de Janeiro. Baseando-se no autor anônimo de *Roteiro do Maranhão*, Caio Prado informa que em 1765 desceram os primeiros gados do sul de Minas para o Rio de Janeiro³. Essa região possuía características geográficas muito mais favoráveis para o desenvolvimento da pecuária do que as encontradas nos sertões:

* Este trabalho contou com o financiamento do CNPQ e da FAPEMIG.

O que caracteriza esta região, em confronto com os sertões do Nordeste, é, em primeiro lugar, a abundância de água. Rios volumosos, como o rio Grande e seus principais afluentes, Mortes, Sapucaí, Verde, ramificados todos numa densa rede de cursos d'água, todos ao contrário do Nordeste, perenes; uma pluviosidade razoável e bem distribuída, fazem dessa região, em oposição à outra, uma área de terras férteis e bem aparelhadas pela Natureza para as indústrias rurais. Se bem que o relevo seja aí mais desigual, grandemente recortada que é de serras quase sempre ásperas e de difícil trânsito, o que sobra e se estende em terrenos apenas ondulados é largamente suficiente para o cómodo estabelecimento do Homem. A vegetação também o favorece, particularmente para os fins da pecuária. A densa mata que cobre a serra e a leste e sul, e que vem desde o litoral, interrompe-se nestas altitudes que oscilam em torno dos mil metros, e dá lugar a capões apenas que se refugiam nos fundos úmidos e abrigados, deixando os altos descobertos, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem⁴.

Tais condições geográficas específicas da região meridional de Minas definiriam uma pecuária também distinta daquela que havia florescido nos sertões. A primeira grande diferença dizia respeito às instalações da propriedade: enquanto no nordeste as construções se restringiam a habitações feitas de taipa e cobertas de capim, em Minas eram muito mais complexas e bem cuidadas. A abundância de madeira existente nas matas próximas permitia tanto o cercamento da propriedade separando-a de suas vizinhas, quanto internamente separando os pastos ou construindo currais. A separação interna da propriedade também podia ser feita por “valos” ou muros de pedra. Isso tornava desnecessária a vigilância constante sobre o gado, evitava o extravio e tornava desconhecido o problema do gado semi-selvagem tão comum nas fazendas nordestinas⁵. De fato, as descrições constantes nos inventários *post-mortem* das unidades produtivas que se dedicavam à pecuária quase invariavelmente contavam com campos, estrebaria, curral, logradouros e, algumas vezes, com retiro. Era este o caso do sítio onde vivia a família de Francisco de Freitas. A propriedade contava com “casas de vivenda cobertas de telha, paiol, senzalas cobertas de capim e monjolo coberto de telha, com suas árvores de espinho, matos virgens e capoeiras, campos e logradouros”, onde eram criadas 286 cabeças de gado vacum e 67 cabeças de porcos⁶.

Outra característica era o maior cuidado com os pastos. Estes eram divididos em quatro partes que se queimavam e se alternavam de 3 em 3 meses, proporcionando assim, forragem sempre tenra para o gado. Também se separavam os pastos de vacas e touros o que permitia o controle da procriação: as vacas só eram “cobertas” no momento oportuno para produzirem melhores crias. Todas as noites eram recolhidas ao curral⁷.

No nordeste o próprio gado era responsável pela obtenção do sal nos lambedouros naturalmente existentes. Isso fazia com que, junto com o sal, o gado

ingerisse uma certa quantidade de barro que prejudicava sua saúde. No sul de Minas havia a distribuição do sal puro, procedimento mais adequado para a saúde e para a domesticação dos animais que eram recolhidos ao curral onde era feita a distribuição do sal⁸. Confirmando estas afirmações, através dos inventários *post-mortem* que apresentam contas de tutela percebemos que grande parte das despesas das propriedades dedicadas à agropecuária era constituída pela compra do sal. Não é fortuito que o sal estivesse sempre entre os principais produtos importados pela capitania.

Ao contrário do nordeste, nesta região se fazia o aproveitamento do leite que era beneficiado em forma de queijo e muito comercializado para o Rio de Janeiro. Já a manteiga, segundo Caio Prado, não era usualmente produzida⁹. Também neste aspecto os inventários reforçam esta afirmação, já que, era freqüente a descrição de casas de queijos nas propriedades, mas nunca referências à produção de manteiga. Se esta existia, é possível que fosse para uso exclusivamente doméstico.

Finalmente, a condição favorável do solo para a agricultura, permitia o fornecimento de um suplemento alimentar ao gado, principalmente o milho. Todas estas circunstâncias específicas da atividade em Minas, contribuíram para o desenvolvimento de uma pecuária relativamente mais “intensiva” que, segundo Prado Júnior, era sem paralelo na colônia e, conseqüentemente, a uma melhor qualidade do gado. No entanto, em função destas mesmas características, a densidade do rebanho seria sempre bem mais reduzida¹⁰. Como veremos nos gráficos e tabelas à frente, em nossa investigação, também se confirmam tais observações do autor.

Caio Prado chama atenção para dois outros grupos de animais predominantes na região. O rebanho de carneiros que se ligaria principalmente ao fornecimento de lã para a tecelagem de panos grosseiros e à confecção “destes chapéus de abas largas e copa reduzida, característica dos mineiros”. E o de suínos, amplamente difundido na alimentação da população colonial, principalmente na região centro-sul, cuja maior utilidade era a produção de toucinho para a condimentação dos alimentos¹¹.

O gado muar também se destacava na paisagem mineira. Na rude região das minas as bestas muares, por serem mais resistentes, eram preferencialmente utilizadas como meio de transporte de cargas e muitas vezes como tração animal. A importância destes animais para a atividade econômica na capitania pode ser comprovada através do repúdio dos mineiros ao decreto real de 1761 que pretendia extinguir o seu uso e pela própria atitude real frente aos argumentos dos mineiros e também dos produtores do sul.

O decreto de 1761 pretendia preservar os criadores de gado cavalari da Bahia, Pernambuco e Piauí:

Sendo-me presente que, pelo costume que de anos a esta parte se tem introduzido no continente do Estado do Brasil, de fazerem os moradores dele os seus transportes em machos e mulas, deixando por isso de comprar os cavalos de sorte que se vai extinguindo a criação deles, por não terem saída, em grave prejuízo de meu real serviço e dos criadores, e bem comum dos lavadores dos sertões da Bahia, Pernambuco e Piauí; e atendendo ao que por eles me foi representado; sou servido ordenar que em nenhuma cidade, vila ou lugar do território desse governo se possa dar despacho por entrada ou saída a machos ou mulas (...)¹²

Em 1762 os oficiais da Câmara de Vila Rica elaboraram uma representação contestando o decreto de 19/06/1761 que proibia o uso das bestas. O documento dos camaristas foi elaborado com base nas ponderações que receberam dos homens de negócios da região. Na carta que escrevem aos camaristas, os homens de negócio explicavam o porquê da opção pelos muares como meio de transporte:

Um cavalo que se ocupa em conduta dos caminhos de Minas, o mais que pode durar são sete anos e uma besta muar não deixa de exceder a doze. Um cavalo carrega menos peso, viaja menos caminho, e nem todos pastam soltos, sendo uma besta muar em tudo diferente: carrega maior peso, em igual tempo viaja mais caminho, porque até no caminhar são mais violentas, não lhes faz falta o dar ração de milho, quando nas paragens o não há e de todo posto se aproveitam sendo certo que o grande número de cavalgaduras que giram nos caminhos de minas, tem incapacitado os pastos daquela fertilidade que precisam os cavalos o que faz menos falta às bestas muares porque na maior esterilidade se utilizam do que aqueles desprezam.¹³

No mesmo documento chamavam a atenção para o prejuízo que a aplicação da lei traria para os criadores do Rio Grande de São Pedro do Sul, de Campos dos Goitacazes e também hoje de algumas paragens das Minas Gerais¹⁴. Argumentavam que a utilização das bestas nos caminhos só se destinava às conduções, *menos nas Cavalherices dos moradores, porque estes nos seus transportes, só usam dos cavalos*¹⁵. Ou seja, além de continuar a existir um mercado para os cavaleiros, “a nobreza” ou o “bom tratamento” dos moradores também estava preservada, já que, para o seu uso pessoal eram utilizados os equinos. Além disso, muitos proprietários consideravam as bestas muares mais eficientes também como tração animal e por isso as utilizavam em suas fazendas para este fim:

Alguns dos senhores de engenho desta capitania a quem a experiência tinha feito ver que uma das causas nocivas do seu atraso, era a grande mortandade de gado vacum e cavalari que experimentavam qual era de 40, e 50 cabeças cada um, tinham cuidado removê-la, usando de bestas muares nos serviços dos seus engenhos, com os quais não só aproveitavam melhor suas safras, mas evitando a perda, e mortandade daqueles, se adiantavam em escravos, principal fundamento das suas fábricas¹⁶.

É evidente que tal legislação não poderia ter sucesso. As ponderações feitas no documento dos negociantes de Vila Rica expressavam bem o que de fato ocorria naquela região e acabaram surtindo o efeito desejado, já que, a coroa não só voltou atrás na proibição, como também passou a incentivar a produção destes animais no sul. De fato, os decretos posteriores sobre o tema demonstram que, até então, a coroa portuguesa não tinha a dimensão da importância deste tipo de transporte para os mineiros. Além disso, como bem argumentou Martha Hameister, *provavelmente o rei desconhecia a produção de muares por seus súditos, já que, por ser dúbia a posse dos territórios meridionais, não havia um rígido controle da arrecadação dos dízimos sobre estes animais*¹⁷. Assim, em novo decreto datado de 22 de dezembro de 1764, o rei ordenava ao governador do Rio Grande que promovesse a criação do gado mular:

*(...) tendo mostrado a experiência a muita utilidade que se segue ao comércio das bestas muares principalmente nas comarcas das minas onde de anos a esta parte se tem introduzido para os transportes e conduções das mercadorias com preferência do cavalares. (...) Sou servido mandar promover nessa capitania a criação das bestas muares em utilidade dos meus fiéis vassallos e em benefício do comércio que nelas lucra a facilidade e comodidade das conduções (...)*¹⁸

As bestas muares não só continuariam a ser extremamente utilizadas nas Minas, como também, cresceria o rebanho destes animais na medida em que se dinamizava a produção agropecuária destinada ao mercado do Rio de Janeiro.

O Rebanho

Estabelecidas as características gerais dessa atividade na principal região pecuarista mineira, importa-nos aqui fazer uma análise da composição do rebanho existente nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes visando estabelecer que tipo de gado predominou em cada uma delas e as possíveis alterações ocorridas ao longo do tempo. Faremos também uma análise da frequência dos diversos rebanhos, de seu tamanho e de sua concentração nas propriedades, objetivando definir em que medida a atividade pecuarista poderia ou não ser considerada mercantilizada, sempre comparando as duas comarcas no tempo. As fontes utilizadas foram os inventários *post-mortem* tomados em amostragem de 10 em 10 anos. Embora não sendo a fonte ideal para este tipo de estudo, já que não nos informa sobre a totalidade do rebanho existente, é o único material passível de seriação de que dispomos para a capitania de Minas Gerais¹⁹. Além disso, outros historiadores já se utilizaram dessa documentação para o mesmo tipo de investigação com bons resultados. É este o caso de Hebe Castro em estudo sobre

Capivary²⁰. Também nos orientamos pelos estudos de Juan Carlos Garavaglia²¹ e Rodolfo Eduardo Gonzalez Lebrero²² que lançaram mão do mesmo tipo de documentação cartorária por nós utilizada e realizaram importante investigação sobre o tema.

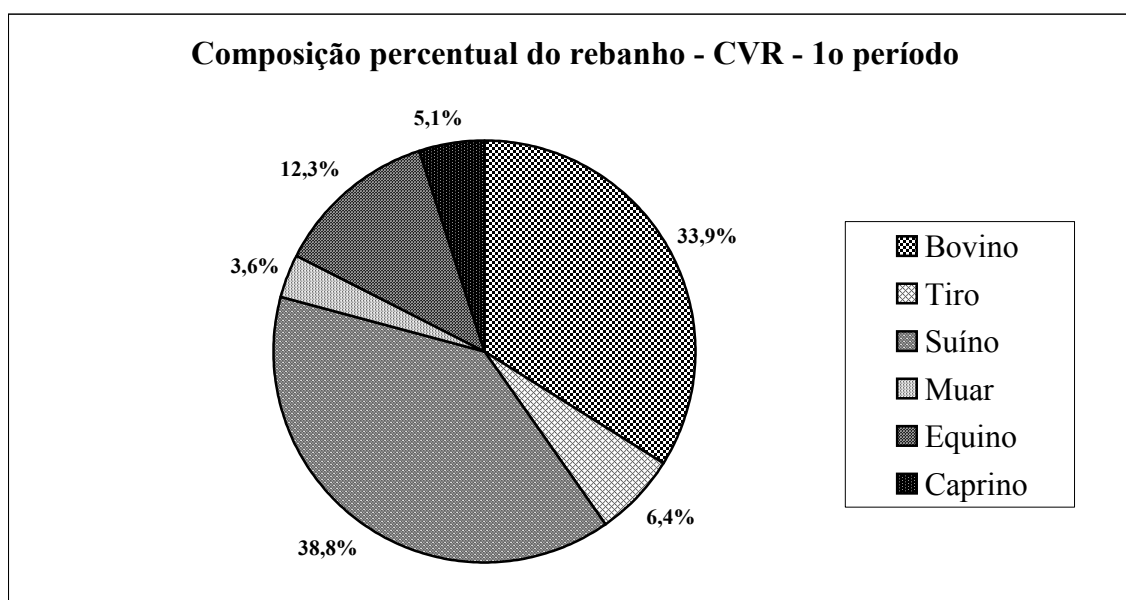
Vejam os que nos dizem os gráficos abaixo. Os gráficos foram montados a partir do conjunto dos animais registrados nos inventários *post-mortem* trabalhados. Pelos gráficos 1 e 3 percebemos que entre 1750 e 1779 predominou nas duas comarcas o rebanho suíno. No segundo período este predomínio continuaria a se verificar na Comarca de Vila Rica, mas seria alterado na Comarca do Rio das Mortes onde passaria a predominar o rebanho bovino (gráficos 2 e 4). O amplo predomínio dos suínos no primeiro período é facilmente explicado pelo fato de ser a produção pecuária nesse momento, voltada principalmente para o abastecimento dos núcleos mineradores, tradicionalmente grandes consumidores desse produto. Embora a carne de porco e o toucinho fossem amplamente consumidos em todo o centro-sul, na dieta dos mineiros eles eram insubstituíveis. Segundo John Mawe a alimentação dos mineiros era basicamente:

(...)ao almoço, feijão preto misturado com farinha de milho e um pouco de torresmo de toucinho frito ou carne cozida: ao jantar, um pedaço de porco assado; derrama-se água em um prato de farinha de milho; colocam-se tudo amontoado na mesa e aí põem também um prato de feijão cozido (...) na ceia só comem hortaliças cozidas e pequeno pedaço de toucinho para lhes dar gosto²³.

Com o alargamento do mercado do Rio de Janeiro que demandava cada vez mais a carne bovina, a Comarca do Rio das Mortes, que estava capacitada a fazê-lo, passou a se dedicar mais intensamente a esse tipo de criação. É o que os dados sobre a composição do rebanho nos informam, já que, de 37,98% os bovinos passaram a representar 51,14%, enquanto o rebanho suíno que no primeiro período representava 50,37% dos animais passa a um modesto 22,69% no segundo período. Também a frequência e o número médio de suínos nas propriedades dessa região declinam sensivelmente como podemos constatar nas tabelas à frente (tabelas 1 e 2). Se entre 1750 e 1779 o índice de propriedades com presença de suínos era de 37,3% no Rio das Mortes, entre 1780 e 1822 este número não passava de 34,9% (tabela 1). Além disso, a média de animais por proprietário sofreu um declínio de 21,9% entre um período e outro, caindo de 64 para 50. Contrariamente, estes dois últimos índices correspondentes ao rebanho suíno na Comarca de Vila Rica estiveram em crescimento, ainda que nem de longe alcançassem os verificados na Comarca do Rio das Mortes. A pergunta que fica

é: por que a Comarca de Vila Rica, embora tendo dinamizado a pecuária de modo geral, não o fez no sentido da ampliação do seu rebanho bovino como se verificou no Rio das Mortes? Fundamentalmente pelas condições geográficas tão díspares das duas comarcas. A Comarca de Vila Rica, não contando com grandes extensões de campos adequados a uma produção em grande escala, estava mais apta a incrementar a produção mercantil de suínos que exigia menos do meio geográfico. A criação de suínos não dependia da existência de pastos naturais. Ela estava intimamente associada ao cultivo do milho, para o qual as condições naturais da Comarca de Vila Rica estavam inteiramente capacitadas.

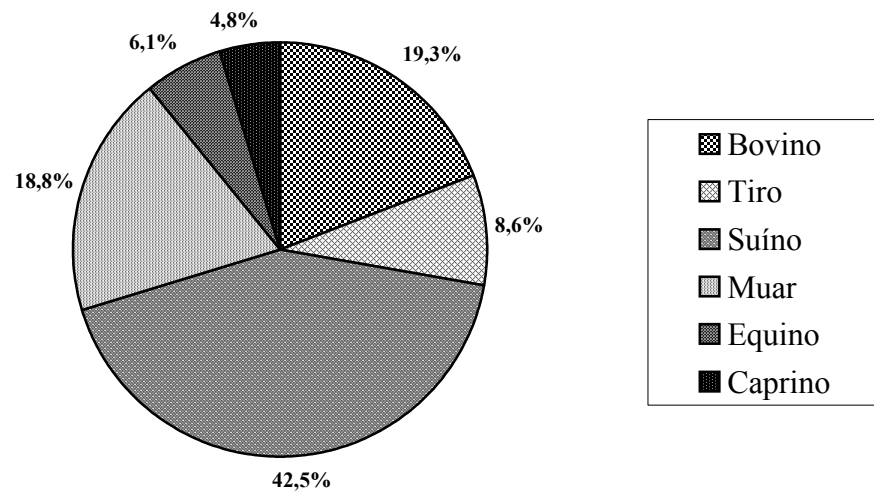
Gráfico 1



Fonte: inventários *post-mortem* da CSM e da CPOP.

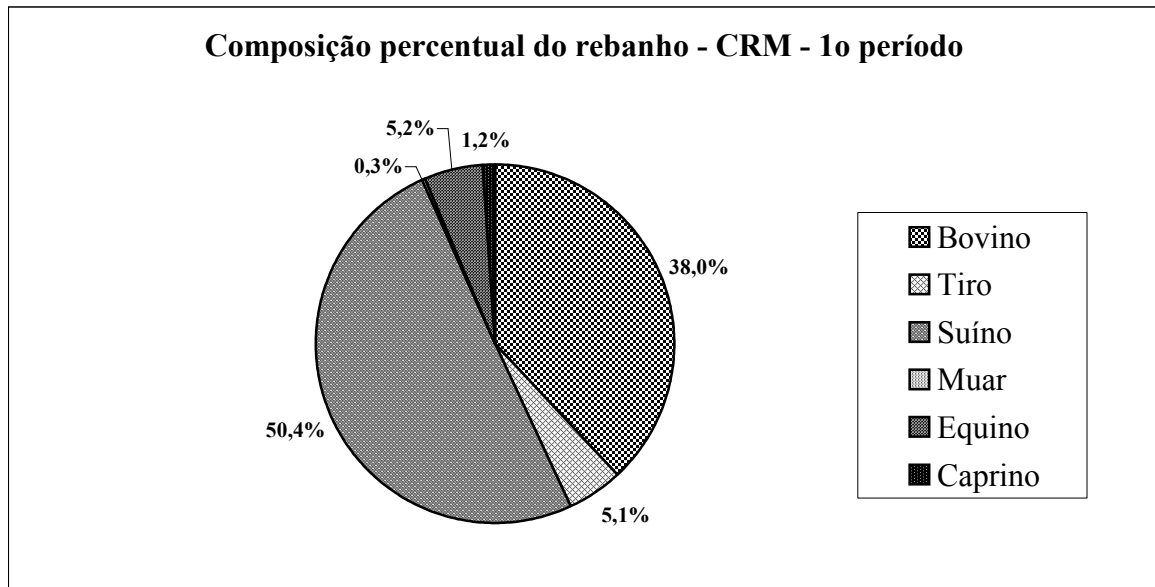
Gráfico 2

Composição percentual do rebanho - CVR - 2o período



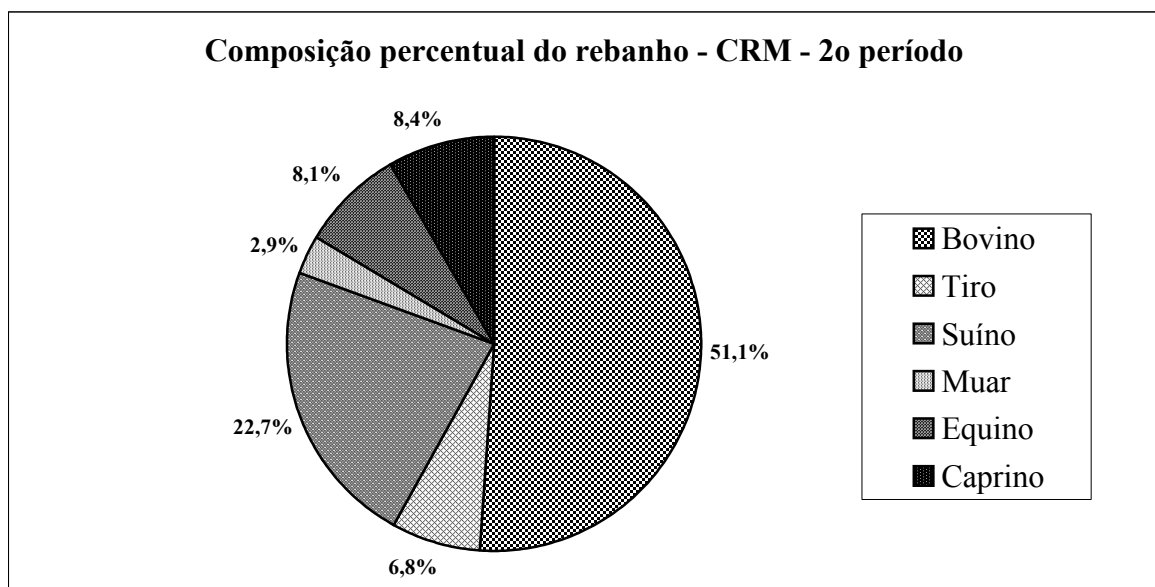
Fonte: inventários *post-mortem* da CSM e da CPOP.

Gráfico 3



Fonte: inventários *post-mortem* do MRSJDR.

Gráfico 4



Fonte: inventários *post-mortem* do MRSJDR.

Com a ajuda das tabelas abaixo podemos complexificar um pouco mais estas constatações iniciais. Pela análise da tabela 1 verificamos que houve um aumento considerável da presença de gado vacum, suíno, e de animais de tiro nas propriedades da Comarca de Vila Rica do primeiro para o segundo período, o que confirma nossa argumentação de uma maior difusão da agropecuária entre os habitantes desta comarca após a crise da mineração.

Comparativamente, os dados revelam que, a Comarca do Rio das Mortes esteve desde o início do nosso período muito mais vocacionada para a pecuária demonstrando índices muito maiores da presença destes animais entre os inventariados lá residentes. Ainda que se note uma pequena diminuição percentual de inventários com a presença de bovinos do primeiro para o segundo período nesta comarca, isto não significa que tenha havido um declínio na criação destes animais, já que, como vimos anteriormente, eles aumentaram consideravelmente sua participação no rebanho total da comarca que de 37,98% no primeiro período passou a representar 51,14% no segundo. Além disso, o seu número médio por propriedade aumentou surpreendentemente nesta região, passando de 35 para 80 animais. O que aconteceu foi um processo de maior concentração desse tipo de gado em rebanhos maiores.

Merece destaque o grande crescimento de proprietários que possuíam rebanho de caprinos na Comarca do Rio das Mortes que de 3,9% no primeiro período passou a 23,3% no segundo, principalmente se a isso juntarmos os dados dos gráficos 3 e 4, onde verificamos o crescimento dos caprinos no rebanho total que de um insignificante 1,16% no primeiro período passa a representar 8,39% do total de animais no segundo. Para o Rio Grande do Sul, Helen Osório encontrou um percentual máximo de 6% destes animais na composição do rebanho²⁴, o que nos faz concluir que, este tipo de animal, teve um peso mais significativo na pecuária mineira que na riograndense.

Além de ser um dos itens dos produtos destinados ao mercado interno exportados pela capitania²⁵, é provável que este grande crescimento de propriedades com presença de caprinos esteja também relacionado ao incremento da produção têxtil, já que, entre 1750 e 1779, não registramos nenhum inventário com presença de tear ou roda de fiar nesta comarca, no entanto, entre 1780 e 1822, 52 ou 24,2% dos inventariados possuíam tear entre seus bens descritos e, 46 ou 21,4% possuíam roda de fiar. Além disso, no caso dos possuidores de roda a média por proprietário chegava a ser de 3 instrumentos. É claro que o aumento no número destes instrumentos também está relacionado à difusão do cultivo do algodão em grande parte da capitania neste período,

sendo a Comarca do Rio das Mortes um dos locais onde esta mais se desenvolveu²⁶. Mesmo assim, nos parece que a relação aumento da difusão do rebanho caprino e dos teares e rodas se mantém, sobretudo se levarmos em conta que dos 52 proprietários de tear, 42,3% (22) eram também possuidores de caprinos e, entre os 46 proprietários de roda de fiar, 43,5% (20) eram criadores destes animais.

Tabela 1
Freqüência (%) de invs. com presença de rebanho por comarcas e subperíodos

Rebanho	CVR		CRM	
	1750-1779	1780-1822	1750-1779	1780-1822
Bovino	28,8	34,6	51,0	48,8
Suíno	15,2	25,0	37,3	34,9
Caprino	4,5	5,8	3,9	23,3
Tiro	12,1	17,7	31,4	41,4
Muar	4,5	33,1	2,0	22,3
Eqüino	47,0	32,3	54,9	56,3
Total de invs.	66	260	51	215

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM, CPOP, MRSJDR.

Outro dado que vem confirmar a maior mercantilização da produção agropecuária de Minas Gerais no segundo período em questão é o aumento surpreendente da presença do gado muar entre os proprietários. Na Comarca do Rio das Mortes, de apenas 2% passamos a 22,3% de proprietários possuidores de muares do primeiro para o segundo período. Na Comarca de Vila Rica este número foi ainda maior passando de 4,5% para 33,1% de propriedades com a presença de muares. A maior freqüência deste tipo de rebanho entre os inventariados da Comarca de Vila Rica e da importância percentual destes animais no conjunto do rebanho pode ser explicada pelo que já havíamos sugerido anteriormente, ou seja, quanto mais distante dos centros consumidores maior a necessidade do controle da etapa de comercialização da produção, seja pela possibilidade de aumentar os rendimentos obtidos (ou de simplesmente garantir a “margem de lucro”), seja pela ausência (ou menor freqüência) de uma rede especializada de tropeiros regulares que fizessem esse transporte nesta comarca.

No documento já citado contra a proibição da utilização de muares, os homens de negócio de Vila Rica alertavam para a diminuição que poderia haver no contrato das entradas e dos dízimos caso a legislação fosse cumprida. Na argumentação que fizeram a respeito da diminuição dos dízimos, confirmam a existência e a importância das tropas no interior das propriedades, para os fazendeiros comercializarem sua produção. Vejamos o que dizem:

*Nos contratos dos dízimos reconhecerá a mesma diferença, porque uns deixarão de aumentar-se, e outros não poderão ajuntar-se, nem conduzir-se aos povoados onde tem os seus consumos; pois é sem dúvida que a maior parte dos lavradores de Minas possuem, e ocupam nas suas fábricas 40__ 50__ bestas muares próprias e faltando-lhes o uso destas ficarão impossibilitados para poderem comprar cavalos, não terão com que fazer as condutas dos seus efeitos, nem as dos dízimos, por serem os mesmos lavradores os que sempre se ‘avançam’ cada um na compra dos seus dízimos, de outra sorte, não poderiam ter saída, nem haveriam onde guardá-los, os tempos das faltas de consumo ainda que os tais se pudessem conservar tempos dilatados.*²⁷

Quando olhamos os gráficos da composição do rebanho percebemos que, pelo menos na Comarca de Vila Rica, a tentativa da coroa em proibir o uso de muares para aumentar a utilização de eqüinos, não teve sucesso. Aliás, o que ocorreu foi justamente o contrário. Os eqüinos, que no primeiro período representavam 12,29% do rebanho total, no segundo período não passavam de 6,06%, enquanto os muares saltaram de um modesto 3,6% para 18,83% do rebanho registrado. Na Comarca do Rio das Mortes cresceu a presença dos dois tipos de animais no rebanho: os muares passaram de 0,25% para 2,94% do rebanho e os eqüinos de 5,16% no primeiro período para 8,05% no segundo. O menor peso percentual destes animais no Rio das Mortes comparativamente à região de Vila Rica se explica pela maior vocação pecuarista das propriedades naquela comarca. As fazendas criadoras no Rio das Mortes registravam números absolutos de gado bovino e suíno muito maiores, tanto que, a média destes animais por fazenda, na CRM era muito maior que na CVR. Em Vila Rica o número médio de muares por unidade produtiva variou de 6 para 8 animais e o de eqüinos de 2 para 3. Nas propriedades do Rio das Mortes os rebanhos de muares eram compostos em média por 6 animais no primeiro período e 10 no segundo; o de eqüinos por 4 entre 1750 e 1779 e 11 animais no período de 1780 a 1822.

Duas ordens de fatores se conjugam para a explicação da maior presença de eqüinos do que de muares no Rio das Mortes. Inicialmente é preciso considerar a existência de uma “produção” destes animais para serem comercializados. Além disso, o que também propiciava uma maior utilização destes animais - mais frágeis que as

mulas - no Rio das Mortes, era a maior proximidade com o Rio de Janeiro e as condições do relevo nesta região, muito menos inóspito que na Comarca de Vila Rica, o que permitia que fossem usados para o transporte de cargas.

O crescimento dos bois de carro na composição do rebanho (gráficos 5, 6, 7 e 8) e o aumento de seu número médio nas unidades produtivas das duas comarcas (tabela 16) é mais um indicador da dinamização da agricultura, principal atividade em que eram utilizados. Na CVR registramos um crescimento de 75% no número médio que passa de 4 para 7 animais. Já no Rio das Mortes, embora com uma taxa de crescimento menor, 62,5%, o número médio destes animais foi sempre muito maior que na região de Vila Rica, passando de 8 para 13 animais.

Tabela 2
Número médio de animais presentes nos rebanhos por comarcas e subperíodos

Rebanho	CVR			CRM		
	1750-1779	1780-1822	Crescimento no período	1750-1779	1780-1822	Crescimento no período
Bovino	8	8	0%	35	80	128,6%
Suíno	18	23	27,8%	64	50	- 21,9%
Caprino	8	11	37,5%	14	28	100,0%
Tiro	4	7	75,0%	8	13	62,5%
Muar	6	8	33,3%	6	10	66,7%
Equino	2	3	50,0%	4	11	175,0%

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM, CPOP, MRSJDR.

Vejamos agora o tamanho dos rebanhos bovino e suíno predominantes nas duas comarcas e o grau de concentração da posse destes animais. Estas variáveis permitem estabelecer o grau de mercantilização da produção pecuarista da região. Ou, em outras palavras, se esta produção se destinava ao uso doméstico ou se era dirigida ao mercado.

O gado vacum

A análise das tabelas 3, 4, 5 e 6, revela de forma contundente a grande diferença entre as dimensões da pecuária praticada nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Quanto ao gado bovino, a diferença da média geral de cabeças presente nas propriedades das duas comarcas é gritante: 8 em Vila Rica e 76 no Rio das Mortes! Além disso, em Vila Rica, 80% dos proprietários eram detentores de plantéis de até 10 animais que concentravam 40% dos bovinos e, somente 5% dos proprietários, possuíam mais de 30 cabeças concentrando 30,9% dos animais. Este predomínio de pequenos

plantéis que concentravam grande parte dos animais são indicadores de uma prática pecuária para consumo doméstico. Quando muito, seu excedente era comercializado no mercado local. Este tipo de prática pecuarista está muito próxima àquela encontrada na região de Capivary por Hebe Mattos. A autora encontrou uma média geral de 6 animais nas propriedades analisadas²⁸.

Enquanto na região de Vila Rica a grande maioria dos proprietários possuía até 10 cabeças de gado vacum, na Comarca do Rio das Mortes, predominavam os rebanhos com mais de 30 cabeças que representavam 41,2% das unidades produtivas com presença destes animais. Nesta comarca, uma parcela significativa das fazendas (32,2%) possuía de 11 a 30 cabeças concentrando não mais que 7,7% do gado vacum. Somente 25,6% dos proprietários eram criadores de menos de 11 cabeças e concentravam uma ínfima parte do rebanho, 1,8%. Em outras palavras, o mais surpreendente nesta comarca era a imensa concentração do rebanho, principalmente se comparada com a comarca de Vila Rica. No Rio das Mortes, 57,8% das unidades produtivas detinham não mais que 9,5% do gado, enquanto 41,2% concentravam 90,5% dos animais!

Em Vila Rica não registramos nenhum proprietário com mais de 100 cabeças. O maior rebanho registrado era composto por 62 animais. Já na Comarca do Rio das Mortes, 25 unidades produtivas (20,6%) possuíam mais de 100 cabeças, sendo que dois únicos proprietários (1,7%) detinham 17% de todo o rebanho bovino registrado em nossa amostragem. Estes dois inventários, ambos datados de 1812, foram feitos por ocasião do falecimento das esposas dos proprietários de tão grandes rebanhos. Vejamos com mais detalhes as características destas duas propriedades.

No inventário de D. Ana Joaquina de Resende, esposa de Antônio Machado de Miranda, moradores na paragem de Perdões do Curralinho da Freguesia de Prados do Termo de São José, foram registradas 800 cabeças de gado vacum, 7 bois de carro, 57 eqüinos, 36 caprinos e nenhum suíno²⁹. O rebanho representava 30% do monte-mor que alçava o valor de 9:217\$575. O casal possuía 9 escravos que representavam 10,3% do valor dos bens. Era nos bens imóveis que se concentrava a maior parte dos investimentos do casal. A fazenda denominada Cachoeira do Curralinho que se compunha de (...) *casas de vivenda, paiol, moinho, tudo coberto de telha, e seu monjolo, sua capela e 4 moradas de casas, campos, capoeiras e alguns matos virgens(...)*³⁰, fora avaliada em 5:200\$00 (56,4% do monte). Além disso, possuíam dois títulos de terras minerais que, pelo valor que lhes foram imputados (70\$000), deviam ter pouca importância dentro da propriedade.

Esta unidade produtiva conjugava a agricultura com a pecuária já que, na ocasião da realização do inventário existiam na propriedade 18 carros de milho. Nenhum outro produto agrícola foi descrito o que nos leva a inferir que a agricultura aí praticada tinha caráter secundário dentro da propriedade e era destinada principalmente à manutenção do rebanho. Como já foi salientado, nesta região era prática comum o fornecimento de uma ração extra aos animais, principalmente o milho. Também é certo que parte desta produção se destinava ao consumo doméstico, já que, o milho também era parte fundamental da dieta dos mineiros.

A propriedade contava ainda com 7 rodas de fiar e 1 tear aparelhado que, provavelmente, se destinavam à fiação da matéria prima fornecida pelas 36 cabeças de ovelhas que compunham o rebanho. A presença de um 1 descaroçado nos leva a suspeitar que a fiação de algodão também estivesse presente.

O inventário dos bens deste casal parece confirmar a associação feita pela historiografia entre pecuária e baixa inversão em mão-de-obra escrava, já que, com tão grande número de animais, só existiam na propriedade 9 escravos, sendo 4 crianças e entre os 5 adultos, com idades entre 20 e 47 anos, somente dois eram do sexo masculino. Mesmo considerando que os 6 filhos homens do casal (2 eram casados) participassem da lida com o gado, ainda assim permanecia baixa a relação rebanho – mão-de-obra. Com a população livre em Minas crescendo em ritmo acelerado como foi demonstrado no capítulo 1, é possível que esse contingente fosse utilizado como mão-de-obra em outras formas de relação de trabalho, no entanto, com os dados de que dispomos, não temos como comprová-lo.

O Alferes Matias Francisco de Vargas era o outro grande proprietário revelado pelo inventário de sua esposa. Quando D. Maria Antônia da Silva faleceu os bens do casal foram avaliados em 8:838\$682³¹. Nesta ocasião, existia na Fazenda do Jacaré de propriedade do casal 532 cabeças de gado vacum, 114 vacas paridas com crias, 7 marruás, 16 bois de carro, 18 eqüinos, 80 cabeças de porcos de terreiro e 30 cabeças de ovelhas. Este rebanho fora avaliado com a considerável cifra de 2:343\$500 (26,5% do monte).

A fazenda do Jacaré era em tudo muito parecida com a do Curralinho, constava de (...) *casa de vivenda, paiol, moinho, tudo coberto de telha, quintal com várias plantas e árvores, terras de cultura e criar (...)*³². Os louvados a avaliaram em 3:800\$000, o que representava 43% do monte do casal. Aqui também encontramos indicadores de uma associação entre criação de ovelhas e produção têxtil no interior da

propriedade, já que, entre os instrumentos de trabalho registrados no inventário, foram descritas 5 rodas de fiar.

A agricultura também se destinava ao sustento do rebanho ou ao uso doméstico. No paiol havia 20 carros de milho e 20 alqueires de feijão. Pelo valor de sua avaliação, 46\$000 (5,2% do monte), associada à descrição de poucos instrumentos de trabalho destinados à prática agrícola, inferimos que a agricultura tinha caráter secundário dentro da propriedade, sendo a criação de bovinos a atividade central.

Os 24 escravos compunham 24,4% da riqueza do casal, número muito superior aos 10,3% que representavam nos bens do casal de Antônio Machado. Ainda assim, permanecia baixa a relação rebanho/mão-de-obra escrava. Vejamos: dos 24 cativos, 8 eram crianças menores de 13 anos, dos escravos adultos, 3 tinham idade superior a 58 anos. Dos 13 adultos em idade produtiva 5 eram do sexo feminino. Saint Hilaire, descrevendo as propriedades rurais existentes entre São João Del e Aiuruoca, chama a atenção para a menor presença de cativos na região, o que se explicaria pelo fato de que:

São desnecessários tantos braços para a criação dos rebanhos e além disso existem menos escravos nos lugares em que menos se envergonham os homens livres de trabalhar.(...) Grande parte dos tangedores de bois e porcos, que vão da comarca de S. João ao Rio de Janeiro, são homens brancos. Numa fazenda, um dos filhos torna-se o condutor da tropa, outro se encarrega de cuidar desta, outro das plantações, e todos indiferentemente ordenham as vacas e fazem queijos³³.

O rebanho de suínos

O rebanho de suínos era muito menos difundido entre a população das Minas Gerais do que o de bovinos. Na Comarca de Vila Rica, enquanto 28,8% das propriedades no primeiro período e 34,6% no segundo, possuíam gado vacum, somente 15,2% e 25% das unidades produtivas registravam a presença de suínos. No Rio das Mortes, temos 51% e 48,8% de inventários com a presença do gado bovino contra 37,3% e 34,9% com suínos. Mônica Ribeiro de Oliveira encontrou o mesmo predomínio do rebanho bovino entre os proprietários trabalhando com a Vila de Barbacena³⁴.

No entanto, pelas tabelas 3 e 5 percebemos que, na Comarca de Vila Rica, a criação de suínos era muito mais mercantilizada que a de bovinos, já que, o número de rebanho de suínos com mais de 10 cabeças era muito superior ao de bovinos: 39,2% das propriedades possuíam de 11 a 30 porcos e 21,6% mais de 30. Enquanto 40% do gado vacum se concentrava em rebanhos de menos de 11 cabeças, somente 11,3% dos suínos estavam em rebanhos deste porte. A maior parte dos suínos (53,9%)

se concentrava em rebanhos com mais de 30 cabeças o que condiz com uma produção para o mercado.

No Rio das Mortes o padrão de distribuição e concentração dos dois tipos de animais por faixas não é tão díspare quanto em Vila Rica, pelo contrário, mantêm o mesmo padrão (tabelas 4 e 6). Em ambos, predominavam os rebanhos da maior faixa (mais de 30 cabeças) que também concentrava a maior parte do gado. Essa proximidade dos números da distribuição dos dois rebanhos no Rio das Mortes nos leva a afirmar que, nesta comarca, tanto a pecuária bovina quanto suína era direcionada ao mercado, ao passo que na região de Vila Rica, somente a suína apontava índices compatíveis com uma produção mercantil. Além disso, no Rio das Mortes, 15 (16,9%) proprietários possuíam mais de 100 cabeças de porcos enquanto na Comarca de Vila Rica somente 1 proprietário possuía 125 animais.

Tabela 3
Distribuição do gado vacum por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CVR – 1750-1822

Tamanho do rebanho	No de Ups	% do total	Nº total do Gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	80	80,0%	328	40,0%	4
11 a 30	15	15,0%	238	29,1%	16
Mais de 30	5	5,0%	253	30,9%	51
Total	100	100	819	100	8

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e da CPOP.

Tabela 4
Distribuição do gado vacum por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM - 1750-1822

Tamanho do rebanho	No de Ups	% do total	Nº total do Gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	31	25,6%	170	1,8%	5
11 a 30	39	32,2%	704	7,7%	18
Mais de 30	51	41,2%	8.318	90,5%	163
Total	121	100	9.192	100	76

Fonte: Inventários *post-mortem* do MRSJDR.

Tabela 4

Distribuição do gado suíno por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CVR - 1750-1822

Nº de Cabeças	No de Ups	% do total	Nº total do Gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	29	39,2%	191	11,3%	7
11 a 30	29	39,2%	591	34,8%	20
Mais de 30	16	21,6%	915	53,9%	57
Total	74	100	1.697	100	23

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e da CPOP.

Tabela 5
Distribuição do gado suíno por faixas de tamanho do rebanho e unidades produtivas na CRM - 1750-1822

Nº de Cabeças	No de Ups	% do total	Nº total do Gado	% do total	Nº médio de cabeças
1 a 10	16	18,0%	84	1,7%	5
11 a 30	20	22,5%	650	13,2%	33
Mais de 30	53	59,5%	4.176	85,1%	79
Total	89	100	4.910	100	55

Fonte: Inventários *post-mortem* do MRSJDR.

Considerações finais:

No decorrer da segunda metade do século XVIII, com a crise da produção do ouro, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação da capitania, foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro.

Decorrente deste rearranjo interno de atividade principal verificou-se uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. Freguesias até então extremamente produtivas e em constante crescimento, deram lugar a outras que até então possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas. Assim, o peso das quatro comarcas da capitania também se alterou sensivelmente, tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. Vila Rica que fora até então dominante cede lugar para a Comarca do Rio das Mortes que passa a concentrar a maior parte da população livre, da mão-de-obra escrava e da geração de recursos.

Os dados desta pesquisa parecem indicar claramente esta mudança de eixo econômico. Ainda que a maior parte da capitania tenha se ocupado da produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, estabeleceu-se uma grande diferença nas dimensões da produção de cada comarca e no direcionamento desta mesma produção. No caso das duas comarcas em estudo, outros estudos já indicaram que no Rio das Mortes a produção mercantil de alimentos era muito superior à de Vila Rica e era destinada ao abastecimento do Rio de Janeiro³⁵. Notadamente no que se refere à produção pecuarista, a comarca de Vila Rica teve sua produção direcionada, sobretudo para os mercados locais. Já a comarca do Rio das Mortes, tão próxima ao Rio de Janeiro, e com características geográficas que favoreciam o desenvolvimento da pecuária, teria outras possibilidades de direcionamento desta produção, ou até mesmo, a razão de ser do estabelecimento de novas áreas de ocupação.

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.189.

² *Idem.*, p.196-197.

³ *Idem.*, p.198.

⁴ *Idem.*, pp.197-198.

⁵ *Idem.*, p.198-199.

⁶ Inventário *post-mortem* de Francisco de Freitas (testamento anexo) – MRSJDR. – caixa 385 (1772).

⁷ *Idem.*, p.199.

⁸ *Idem.*, pp.199-200.

⁹ *Idem.*, p.200. Aqui Caio Prado se baseia nas observações de Saint-Hilaire.

¹⁰ *Idem.*, p.200.

¹¹ *Idem.*, p.202.

¹² Carta Régia de 19 de junho de 1761, *apud* HAMEISTER, Martha Daisson. *O mercado das tropas que vem do sul*. Rio de Janeiro, 2000. Relatório de pesquisa, DH-UFRJ, p.45.

¹³ AHU/MG: Cx:80 - Doc.:52.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Idem.*

¹⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. *Op.cit.*, p.7.

¹⁸ Decreto Real de 22 de dezembro de 1764. *apud* HAMEISTER, Martha Daisson. *Op.cit.*, p.46.

¹⁹ Em estudo sobre o Rio Grande do Sul, Helen Osório pôde contar com excelentes “mapas de animais” que procuravam abarcar a totalidade do rebanho existente, o que lhe permitiu a realização de uma análise mais aprofundada sobre as características da pecuária na região. Mesmo assim, a autora, muitas vezes se utiliza das informações contidas nos inventários *post-mortem*. Ver principalmente capítulo 4 de: OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF - Departamento de História, 1999. Tese de doutorado.

²⁰ MATTOS, Hebe M. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²¹ GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las ‘estancias’ en la campanã de Buenos Aires. Los medios de produccion (1750-1850). In: FRADKIN, Raúl O. (org.). *La historia agraria del Río de la Plata colonial: los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993. p. 124-207.

²² LEBRERO, Rodolfo Eduardo Gonzalez. Chacras y estancias en Buenos Airesa principios del siglo XVII. In: FRADKIN, Raúl O. (org.). *Op. Cit.* 70-123.

²³ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p.139.

²⁴ OSÓRIO, Helen. *Op.cit.* p.106. A fonte nesta parte da investigação da autora também foram os inventários *post-mortem*.

²⁵ LENHARO, Alcir. *Op.cit.* p.79.

²⁶ Para a análise da indústria têxtil em Minas ver principalmente o capítulo 4 de: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁷ AHU/MG: Cx:80 - Doc.:52.

²⁸ MATTOS, Hebe. *Op.cit.* p.51.

²⁹ Inventário *post-mortem* de Ana Joaquina de Resende – MRSJDR – cx. 204 (1812)

³⁰ *Idem.*

³¹ Inventário *post-mortem* de Maria Antônia da Silva – MRSJDR – cx. 538 (1812).

³² *Idem.*

³³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p.54.

³⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Niterói: UFF – Departamento de História, 1999. Tese de doutorado. p. 54.

³⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*.